

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

CNPJ nº 29.030.467/0001-66

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277 - 7º Andar - CEP 01452-000 - São Paulo - SP - Tel: (11) 2202-8100 - www.br.scotiabank.com

Scotiabank

Relatório da Administração

Apresentação

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

Desempenho do exercício

O Banco encerrou o exercício de 2025 com um lucro líquido de R\$ 451.577 mil, representando um aumento de 39,6% em relação ao lucro líquido apresentado

no exercício de 2024. Apresentou índice de Basileia amplo do Conglomerado de 30,34% e patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 722.520 mil.

Outras informações

O Banco é controlador integral da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve distribuição de dividendos no valor total de R\$ 737.398 mil e juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 170.000 mil, já deduzidos dos tributos incidentes. No mesmo período, houve aumento de capital social no valor de R\$ 170.000 mil, in-

tegralizados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio. Os honorários pagos à auditoria externa, referentes aos serviços de auditoria e de não auditoria, são divulgados anualmente no *Annual Report* do *The Bank of Nova Scotia* ("BNS").

Agradecimentos

O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	2025	Passivo	Nota	2025
Disponibilidades	4	8.599	Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			Instrumentos financeiros derivativos	7b	347.203
Títulos e valores mobiliários	6	1.352.926	Captações no mercado aberto	14	1.000.594
Instrumentos financeiros derivativos	7b	1.292.976	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Depósitos	13	1.445.174
Títulos e valores mobiliários	6	2.382.249	Captações no mercado aberto	14	52.419
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			Recursos por emissões de letras	15	987.975
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	13.183.550	Obrigações por empréstimos	16	7.094.394
Títulos e valores mobiliários	6	8.973.776	Passivo de arrendamento	17	1.665.569
Operações de crédito	9	2.158.619	Outros passivos financeiros		19.897
Outros ativos financeiros	11a	1.925.794	Outros passivos	18a	546.880
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	10	125.361	Obrigações fiscais diferidas	18b	753.365
Outros ativos	11b	(1.906)	Provisão para contingências	21b	452.869
Créditos tributários	21b	80.536	Patrimônio líquido	19c	29.257
Investimentos			Capital social	20a	3.112.584
Imobilizado de uso	12	64.250	Reservas de lucros		2.995.473
Outras imobilizações de uso			Outros resultados abrangentes		115.847
Direitos de uso					1.264
(Depreciações acumuladas)					
Intangível					
Ativos intangíveis					
(Amortizações acumuladas)					
Total do ativo			Total do passivo		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)									
	Capital Social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.626.948	198.525	93.029	509.276	(3.877)	-	3.423.901		
Efeito líquido da adoção inicial da Res. CMN 4.966/21 e Res. CMN 4.975/21	-	-	-	-	4.585	(637)	-		
Aumento de capital - Homologado	286.500	(198.525)	-	-	-	-	87.975		
Aumento de capital - Em fase de homologação	-	82.025	-	-	-	-	82.025		
Ajustes de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	3.944	-	3.944		
Ajustes de avaliação patrimonial - Controlada	-	-	-	-	320	-	320		
Ajuste de risco de crédito próprio - Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(3.708)	-	(3.708)		
Pagamento de dividendos	-	-	-	(308.400)	-	-	(308.400)		
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	451.577	451.577		
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	-	-	22.579	-	-	(22.579)	-		
Reserva estatutária	-	-	-	228.361	-	(228.361)	-		
Dividendos declarados	-	-	-	(428.998)	-	-	(428.998)		
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.913.448	82.025	115.608	239	1.264	-	3.112.584		
Saldos em 30 de junho de 2025	2.825.473	-	98.904	201.876	892	110.993	3.238.138		
Aumento de capital - Homologado	87.975	-	-	-	-	-	87.975		
Aumento de capital - Em fase de homologação	-	82.025	-	-	-	-	82.025		
Ajustes de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	554	-	554		
Ajustes de avaliação patrimonial - Controlada	-	-	-	-	(13)	-	(13)		
Ajuste de risco de crédito próprio - Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(169)	-	(169)		
Pagamento de dividendos	-	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)		
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)		
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	334.072	334.072		
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	-	-	16.704	-	-	(16.704)	-		
Reserva estatutária	-	-	-	228.361	-	(228.361)	-		
Dividendos declarados	-	-	-	(428.998)	-	-	(428.998)		
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.913.448	82.025	115.608	239	1.264	-	3.112.584		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
1. Contexto Operacional					
O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 - 7º andar, São Paulo - Brasil, está organizado e autorizado a exercer as suas atividades como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio. Os acionistas do Banco são o <i>The Bank of Nova Scotia</i> ("BNS") e o <i>BNS Investments Inc.</i> (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.					
2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras					
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras considerando a dispensa de apresentação prevista nas Resoluções CMN nº 4.966 e BCB nº 352. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 10 de março de 2026. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto. As demonstrações financeiras são elaboradas e divulgadas de acordo com os critérios gerais e procedimentos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818 e na Resolução BCB nº 2.					
Adoção de Novas Normas e Interpretações					
A partir de 1º de janeiro de 2025, passaram a vigorar as seguintes regulamentações: Resolução CMN nº 4.966, Resolução BCB nº 352 e a Resolução CMN nº 4.975, juntamente com as normas complementares correspondentes aplicáveis ao Banco. Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) instituiu a Resolução CMN nº 4.966, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, alinhadas aos conceitos estabelecidos na norma internacional IFRS 9. A Resolução CMN nº 4.966 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros e classificá-los e mensurá-los de acordo com as regras de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos a resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes. No ano de 2023, as Resoluções CMN nº 5.100 e BCB nº 352 foram emitidas, sendo a primeira a título de alteração e a segunda de complemento à Resolução CMN nº 4.966, e dispõem de diretrizes adicionais, como por exemplo, tratamento às seguintes matérias: • Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; • Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;					
Balanco patrimonial de acordo com a regulamentação vigente no exercício anterior e abertura de saldos do exercício atual					
	Saldos em 31/12/2024	Transferências	Remensurações	Saldos em 01/01/2025	Classificação
Ativo	14.470.292	(607.990)	21.363	13.883.665	
Disponibilidades	59.472	-	-	59.472	
Ativos Financeiros	13.807.201	(608.311)	(86)	13.198.804	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.015.735	-	-	9.015.735	
Títulos e valores mobiliários (disponível para venda)	2.276.973	(6.855)	-	2.270.118	CA
Títulos e valores mobiliários (negociação)	46.098	6.855	-	52.953	VJVR
Instrumentos financeiros derivativos	405.007	-	-	405.007	VJR
Operações de crédito	1.253.204	133.202	-	1.386.406	CA
Operações de câmbio	752.684	(741.513)	(86)	11.085	VJR
Outros ativos financeiros	57.500	-	-	57.500	CA
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(133)	-	115	(18)	
Outros ativos	41.726	321	200	42.247	
Créditos tributários	475.773	-	-	475.773	
Investimentos	65.471	-	-	65.471	
Imobilizado de uso	18.759	-	21.134	39.893	
Imóveis de uso	2.332	-	21.774	24.106	
Outras imobilizações de uso	31.275	-	-	31.275	
(-) Depreciações acumuladas	(14.848)	-	(640)	(15.488)	
Intangível	2.023	-	-	2.023	
Ativos Intangíveis	5.538	-	-	5.538	
(-) Amortizações acumuladas	(3.515)	-	-	(3.515)	
Passivo	14.470.292	(607.990)	21.363	13.883.665	
Passivos financeiros	10.136.434	(608.311)	13.985	9.542.108	
Depósitos	936.475	-	-	936.475	CA
Captações no mercado aberto	1.025.016	-	-	1.025.016	CA/VJR
Obrigações por empréstimos	1.998.140	-	-	1.998.140	CA
Obrigações por repasses	1.253.204	-	-	1.253.204	CA
Instrumentos financeiros derivativos	4.223.603	-	(7.623)	4.215.980	VJR
Operações de câmbio	608.311	(608.311)	-	-	VJR
Passivo de arrendamento	-	-	21.608	21.608	CA
Outros passivos financeiros	91.685	-	-	91.685	CA
Outros passivos	177.476	-	-	177.476	
Obrigações fiscais diferidas	698.446	321	3.430	702.197	
Provisões para contingências	34.035	-	-	34.035	
Patrimônio líquido	3.423.901	-	3.948	3.427.849	
Capital social	2.825.473	-	-	2.825.473	
Reservas de lucros	602.305	-	-	602.305	
Outros resultados abrangentes	(3.877)	392	4.193	708	
Lucros acumulados	-	(392)	(245)	(637)	

resultados da entidade. Ressalta-se que as operações de *hedge* devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo: • *Hedge* de valor justo; • *Hedge* de fluxo de caixa; • *Hedge* de investimento líquido no exterior.

Demonstração do Resultado - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)			
	Nota	2º Semestre	Exercício
Receitas/(despesas) da intermediação financeira		530.375	94.339
Operações de crédito	9d	43.662	84.854
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários			
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	819.181	1.612.328
Operações de captação no mercado aberto		67.237	(878.404)
Operações de empréstimos e repasses		(211.166)	(323.322)
Resultado de variação cambial líquida de instrumentos financeiros		(188.539)	(401.117)
Resultado bruto da intermediação financeira		(57.147)	663.895
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		473.228	758.234
Resultado da intermediação financeira		(1.219)	(1.889)
Outras receitas/(despesas) operacionais		472.009	756.345
Resultado antes da tributação e participações nos lucros		(134.085)	(236.434)
Imposto de renda e contribuição social		(5.191)	(67.452)
Provisão para imposto de renda		25.172	14.591
Provisão para contribuição social		18.645	9.984
Ativo fiscal diferido		(49.008)	(92.027)
Participações no lucro		(2.245)	(4.356)
Lucro líquido do semestre/exercício		334.072	451.577
Lucro líquido por ação - R\$		3.103,78	4.195,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)			
	2º Semestre	Exercício	
Lucro líquido do semestre/exercício	334.072	451.577	
Variação no valor de mercado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	995	8.204	
Títulos e valores mobiliários	1.008	7.884	
Ajuste de avaliação patrimonial de controlada	(13)	320	
Ajuste de risco de crédito próprio	(307)	881	
Instrumentos financeiros derivativos	(307)	881	
Efeito fiscal	(316)	(3.944)	
Resultado abrangente do semestre/exercício	334.444	456.718	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)			
	2º Semestre	Exercício	
Atividades operacionais	334.072	451.577	
Lucro líquido do semestre/exercício	334.072	451.577	
Ajustes ao lucro líquido	14.220	84.264	
Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.219	1.889	
Resultado de participações em controladas e coligadas	(16)	1.541	
Depreciações e amortizações	3.965	7.571	
Perda na baixa de imobilizado de uso e intangível	1.352	1.353	
Imposto de renda e contribuição social	5.191	67.452	
Despesa de provisão para passivos contingentes	1.026	1.610	
Despesa de juros de arrendamento	1.483	2.848	
Variação de ativos e passivos operacionais	2.871.892	2.867.840	
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	87.589	(111.957)	
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	(189.336)	(4.752.404)	
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.526.171	764.240	
(Aumento) em operações de crédito	(584.970)	(539.388)	
(Aumento)/redução em outros ativos financeiros	1.214	(67.861)	
Aumento em depósitos	926.934	508.698	
Aumento em captações no mercado aberto	97.195	27.998	
Aumento em recursos por emissões de letras	967.978	967.978	
Aumento em outros passivos financeiros	63.006	455.195	
Redução em outros ativos	819	48.357	
Aumento/(redução) em outros passivos	28.103	(75.663)	
(Redução) em provisões para contingências	(5.913)	(6.387)	
Impostos pagos	(46.898)	(86.646)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.220.184	(321.999)	
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(3.011)	(3.631)	
Aquisição de intangível	(3)	(3)	
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(126.122)	(2.158.619)	
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(129.136)	(2.162.253)	
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	170.000	170.000	
Pagamento de dividendos	(1.000)	(308.400)	
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(200.000)	(200.000)	
Pagamento de arrendamento	(2.671)	(4.559)	
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos	(3.422.541)	5.096.254	
Aumento em obrigações por repasses	558.084	412.365	
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(2.988.128)	5.165.660	
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	192.920	671.408	
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	3.927.171	3.448.683	
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	4.120.091	4.120.091	
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	192.920	671.408	

Scotiabank

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

continuação

(II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros ("Teste de SPJP")

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPJP. Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

(III) Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado ("CA")

Um ativo financeiro, desde que não classificado na categoria valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é obter fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(IV) Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

(V) Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR")

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

(VI) Passivos financeiros

Conforme previsto no artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966, o Banco deve classificar os passivos financeiros na categoria custo amortizado, exceto nos casos seguintes, entre outros eventualmente possíveis: • Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo por meio do resultado. Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. As obrigações por empréstimos e repasses do exterior contemplam linhas de crédito destinadas a eventuais necessidades de liquidez, recursos captados para aplicação em operações de financiamento ao comércio exterior de exportação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira. Tais obrigações encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço.

(VII) Taxa de juros efetiva

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. Referente as operações de crédito classificadas na categoria custo amortizado, o Banco optou, para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na origemação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo seguindo a metodologia diferenciada de apropriação às receitas e custos contratuais e, adicionalmente, sem o reconhecimento dos componentes imateriais, conforme disposto no artigo 13 da Resolução CMN nº 4.966.

(VIII) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, devem ser consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352, artigo 76, para operações inadimplidas. Adicionalmente, a norma não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais. Conforme a Resolução CMN nº 4.966, são consideradas as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do ativo, podendo ser estimados de forma confiável. O Banco não reconhece os juros a partir do momento que a Administração entende que o reconhecimento da receita não seja provável, em função de significativa incerteza de recebimento futuro, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 90 dias de atraso. A Resolução CMN nº 4.966, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio seguindo:

- **Estágio 1:** Operações em curso normal - quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco reconhece uma provisão baseada em uma perda esperada (probabilidade *de default*) para os próximos 12 meses.
- **Estágio 2:** Operações que apresentaram aumento significativo no risco de crédito - a Resolução CMN nº 4.966 considera que há um aumento significativo de risco quando ocorrer atraso superior a 30 dias no pagamento de principal ou encargos.
- **Estágio 3:** Instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação (ativo problemático), ou seja, atraso superior a 90 dias, podendo a instituição considerar um prazo inferior mediante a evidência de que há uma redução significativa da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas, bem como indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(IX) Definição de ativo problemático e *stop accrual*

A Resolução CMN nº 4.966 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como *stop accrual*. Para os ativos com características de problema de recuperação de crédito são considerados os seguintes critérios: (i) a contraparte não possui mais a capacidade financeira de honrar sua obrigação; (ii) reestruturação do ativo; (iii) falência decretada, recuperação judicial; (iv) ordem judicial que impeça o cumprimento das obrigações; (v) redução significativa da liquidez do ativo associado à obrigação, devido a diminuição da sua capacidade financeira em honrar sua obrigação; (vi) inadimplência de cláusulas contratuais relevantes; e (vii) negociação de instrumentos com desconto significativo que reflita perdas incorridas associadas ao risco de crédito. Um ativo financeiro deixará de ser caracterizado como ativo problemático caso atenda, cumulativamente, às condições a seguir: (i) inexistência de parcelas e encargos vencidos; (ii) pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar melhora na capacidade financeira da contraparte; (iii) cumprimento das demais obrigações contratuais; e (iv) evidências de que a obrigação será honrada sem que seja necessário recorrer a garantias ou colaterais.

(X) Perímetro de aplicação

O modelo de perda esperada de ativos financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966 tem escopo de aplicação mais abrangente comparado com modelo anteriormente utilizado, o qual aplica-se aos ativos financeiros classificados nas categorias "custo amortizado", bem como riscos e compromissos contingentes.

(XI) Metodologia de estimação de perda esperada

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD, LGD e EAD.

PD - *Probability of Default* (Probabilidade de inadimplência)

É definido como a probabilidade de que a contraparte não cumpra com as obrigações de pagar o principal e/ou juros (*default*) com base nas definições da Resolução CMN nº 4.966 e demais critérios que a entidade julgar razoável.

LGD - *Loss Given Default* (Perda dada à inadimplência)

A perda, dado o *default*, visa estimar o montante de perda efetiva das operações que entram em *default*. Para essa estimativa, são considerados os montantes das operações em *default* e os montantes que se concretizaram como perda, assim, encontrando a relação de perda frente ao total de *defaults*. É importante avaliar o prazo de recuperação para cada grupo e as suas respectivas correlações para definição dos critérios de baixa à prejuízo, além de incluir na estimativa os custos relacionados à recuperação do instrumento, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966.

EAD - *Exposure at Default* (Exposição à inadimplência)

É o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência (saldo de operações de crédito contratados, limites disponíveis aos clientes e ainda não utilizados e garantias financeiras concedidas). Com base na Resolução CMN nº 4.966, as perdas esperadas devem considerar como base de cálculo: • O valor contábil bruto dos ativos financeiros, exceto operações de arrendamento mercantil; • O valor presente da estimativa de utilização de recursos de compromissos de crédito; e • O valor presente dos desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas. Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

(XII) Instrumentos financeiros renegociados e reestruturados

Conforme Resolução CMN 4.966, são classificados como renegociação e reestruturação conforme abaixo:

Renegociação: acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original; Reestruturação: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

O Banco possui mecanismos e controles para monitoramento de alterações nas condições originalmente pactuadas, por ativo financeiro. Uma avaliação deve ser realizada para determinar se os termos do novo contrato são substancialmente diferentes dos termos do acordo existente. Esta avaliação considera tanto a mudança nos fluxos de caixa decorrente dos termos renegociados como a mudança no perfil de risco do instrumento. No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

(XIII) Baixa do ativo financeiro

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários: • Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou • O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa. A política do Banco define que o *write-off* (período de reconhecimento de não recuperação do valor) é baseado na análise trimestral detalhada do fluxo de caixa de cada contraparte. Esta análise abrange tanto o fluxo de caixa próprio quanto a capacidade de recuperação das garantias. Com base nessa avaliação é decidida sobre a viabilidade de recuperação do valor tomado antes de proceder a sua baixa contábil. A decisão final da baixa deverá ser discutida e aprovada pelo Comitê de Crédito.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos e operações de futuros, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apreamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos financeiros derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente. Instrumentos financeiros considerados como *hedge* contábil de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do exercício. No momento da designação inicial do *hedge*, o Banco formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais. O Banco faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro do intervalo de 80% e 125%. A Resolução CMN nº 4.966 alterou o tratamento contábil da carteira de câmbio das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar no mercado de câmbio, e passou a valer em 1º de janeiro de 2025. Os principais pontos das alterações são as seguintes: • Mensuração: A carteira de câmbio agora deve ser mensurada pelo valor justo, com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período. • Registro: O valor referencial das operações de câmbio (compra e venda de moeda estrangeira) passou a ser registrado em contas de compensação.

f) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da mensuração. A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação. O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas. Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço. Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

g) Outros ativos

Demonstrados pelos valores de realização, deduzidos quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável, até a data do balanço.

h) Permanente

• **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos ativos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens.

• **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de

um período estimado de benefício econômico.

• **Investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 não foram identificadas perdas por *impairment*.

j) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos.

k) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Lei 14.467, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2025, os artigos 9, 9-A, 10, 11 e 12 da Lei 9.430, deixaram de ser aplicados às instituições financeiras. Tais alterações visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir as vulnerabilidades decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras. Conforme a Lei 14.467, alterada pela Lei 15.078, foram estabelecidas diretrizes na qual o Banco será responsável por realizar a dedução na proporção de 1/84 para cada mês do período de apuração, a partir de 1º de janeiro de 2026, referente às diferenças temporárias relacionadas a perdas de operações de crédito adicionadas à base do lucro real até 31 de dezembro de 2024, e ainda não deduzidas até esta data. Este saldo remanescente equivale ao montante de R\$ 126.360 em 31 de dezembro de 2025. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei nº 9.430. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei nº 7.689. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. Os créditos tributários cuja realização se dará em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social. Com base na Resolução CMN nº 4.842, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 21c).

l) PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

m) Ativos e passivos contingentes

O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

n) Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (nota 23).

o) Benefícios a empregado pós-emprego

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, nos quais o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

p) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu artigo 34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que: i. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota 3.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Disponibilidades		
Moeda nacional		2025
		8.599
Moeda estrangeira		239
Aplicações interfinanceiras de liquidez		8.360
Aplicações em operações compromissadas		4.111.492
Total		4.111.492
	2025	4.120.091

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 meses	Acima de 3 meses e até 12 meses	Total
Mensurados ao custo amortizado	8.771.418	-	8.771.418
Aplicações em operações compromissadas			
Posição bancada			
LTN	6.117.429	-	6.117.429
LFT	1.600.572	-	1.600.572
Posição vendida			
LTN	1.000.660	-	1.000.660
Posição financiada			
LTN	52.757	-	52.757
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	202.358	202.358
Total	8.771.418	202.358	8.973.776

6. Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
--	----------------	--------------	-------------------	---------------------------	------------------

Carteira própria					
Ações de companhias fechadas	6.933	-	-	6.933	7.568
Vinculados à prestação de garantias ⁽ⁱ⁾					
Cotas de fundo de investimento	53.017	-	-	53.017	53.017
Total	59.950	-	-	59.950	60.585

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Carteira própria					
LTN	-	-	157.575	157.575	157.106
Vinculados à prestação de garantias ⁽ⁱⁱ⁾					
LTN	-	-	83.043	83.043	82.925
LFT	-	1.013.788	1.127.843	2.141.631	2.140.758
Total	-	1.013.788	1.368.461	2.382.249	2.380.789

	2023		
	De 3 a 6 meses	Custo atualizado/contábil	Valor de mercado
Mensurados ao custo amortizado			
Carteira própria			
Títulos no exterior	2.158.619	2.158.619	2.144.983
(-) Provisão para perdas esperadas - Estágio 1	(69)	(69)	-
Total	2.158.550	2.158.550	2.144.983

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos e de câmbio. Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Os títulos no exterior encontram-se custodiados em uma *clearinghouse* estrangeira. Em 31 de dezembro de 2025, todas as operações acima estão classificadas como Estágio 1, uma vez que não possuem problemas de recuperação.

7. Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco. Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos:

a. Contratos futuros

	Valor de mercado	
	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)
Posição comprada	34.527.793	(546.808)
DI	1.385.214	(45)
DDI	28.877.002	(485.202)
Dólar	4.265.577	(61.561)
Posição vendida	6.247.578	71.709
DI	726.157	249
DDI	5.521.421	71.460

Em 31 de dezembro de 2025, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica "Outros passivos financeiros" no passivo circulante, o montante de R\$ 60, referente a comissões e corretagens a liquidar junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

b. Operações de *swap* e operações a termo

Por indexador	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado
Swap			
Valores a receber	18.870.238	963.177	1.278.105
CDI x Dólar	18.303.188	924.904	1.226.410
Pré x Dólar	567.050	38.273	51.695
Valores a pagar	5.325.350	(431.294)	(318.678)
CDI x Dólar	5.275.350	(431.216)	(318.297)
Pré x CDI	50.000	(78)	(381)
Termo de moedas - NDF			
Valores a receber	1.354.001	16.610	14.716
Posição comprada - Dólar	1.303.807	16.444	14.294
Posição vendida - Dólar	50.194	166	422
Valores a pagar	963.014	(27.206)	(28.525)
Posição comprada - Dólar	920.206	(26.309)	(27.828)
Posição vendida - Dólar	42.808	(897)	(697)
Operações de câmbio			
Valores a receber	25.126	104	155
Dólar - compra	126	1	-
Dólar - venda	25.000	103	155
Total	26.537.729	521.391	945.773

As operações de *Swap*, NDF e câmbio são negociados via balcão organizado e não possuem garantias da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

c. Composição por vencimento

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento:

	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Futuros ⁽ⁱ⁾	15.405.144	4.104.777	2.964.804	18.300.646	40.775.371
Swap ⁽ⁱⁱ⁾	1.568.900	1.805.310	3.337.667	17.483.711	24.195.588
Termo de moedas - NDF ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.693.319	244.547	319.777	59.372	2.317.015
Operações de câmbio ^(iv)	25.126	-	-	-	25.126
Total	18.692.489	6.154.634	6.622.248	35.843.729	67.313.100

Scotiabank

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

continuação

e. Resultados
Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, estão assim compostos:

	2025	
	2º Semestre	Exercício
Futuros	(1.185.452)	(6.847.166)
Swap	1.315.426	6.519.199
Termo de moedas - NDF	(62.268)	(536.882)
Contratos de câmbio	138	(10.998)
Ajustes prudenciais - Risco de crédito das contrapartes	(607)	(2.557)
Total	67.237	(878.404)

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

f. Hedge de risco de mercado
O quadro a seguir demonstra os valores dos contratos designados como instrumentos financeiros de *hedge* e do item objeto de *hedge*:

	2025		
	Instrumentos de <i>hedge</i>	Item objeto de <i>hedge</i>	
	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de custo
<i>Hedge</i> de obrigações por empréstimos externos	1.708.356	1.697.355	1.687.820
Total	1.708.356	1.697.355	1.687.820

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082 do BACEN. O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado para proteção contra o risco de exposição cambial para pagamentos de principal e dos juros cambiais prefixados, referente à captação de recursos contraídos no exterior. A estrutura da operação é uma combinação de contratos de Futuro DDI, com vencimentos até outubro de 2027, utilizados como instrumentos derivativos de *hedge*, e de obrigações por empréstimos no exterior captados em moeda norte americana (nota 16), designados como item objeto de *hedge* de risco de mercado. O valor a mercado da captação externa, item objeto de *hedge*, leva em consideração as características da operação com relação a taxa de juros e o seu prazo para determinação do valor futuro dos fluxos de caixa, que serão descontados a valor presente pelas taxas de mercado, calculadas com base nos preços negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

8. Gerenciamento de Riscos

Administração de Risco Operacional

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro do Banco. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Enterprise Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco. A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Enterprise Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Banco e do BNS.

Administração de Riscos de Mercado e Liquidez

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de riscos são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e pelo BNS, e monitorados de forma preventiva. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR* - *Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.958.

Administração de Risco de Crédito

Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 4.966, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam. A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revisitos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*. De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito do Banco.

Gerenciamento de Capital

O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital com o intuito de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557. Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que toquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital e; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios de gerenciamento de capital. A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com>. (não auditado).

Hierarquia de Valor Justo

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações de valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.924. O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração. Nível 2 - Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banco, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através das Resoluções CMN nº 4.557 e BCB nº 111, as operações são divididas entre as carteiras de negociação e bancária. A carteira de negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado. Na carteira bancária estão incluídas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Banco, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários não classificados na carteira de negociação e os instrumentos da carteira de tesouraria. A fim de avaliar os efeitos no resultado diante de eventuais cenários, o Banco realiza uma análise de sensibilidade para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Análise de Sensibilidade 1

São considerados choques paralelos nas curvas dos fatores de riscos mais relevantes. Consideram-se dois cenários para essa simulação, em que cada fator de risco analisado sofre um incremento ou uma redução de 100 pontos base. Essa análise examina os efeitos no resultado da organização diante de possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

Carteira de Negociação

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros		
Exposição de juros prefixados	458	(458)
Exposição ao cupom cambial	(478)	478
Total	(20)	20

Carteira de Negociação + Bancária

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros		
Exposição de juros prefixados	(8.910)	8.910
Exposição ao cupom cambial	(5.176)	5.176
Total	(14.086)	14.086

Análise de Sensibilidade 2

São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

Cenário (I)

Choque paralelo de 10 pontos base (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 10% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (II)

Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 20% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (III)

Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 30% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais. É importante destacar que os cenários (II) e (III) envolvem eventos relacionados a fortes situações de estresse.

Carteira de Negociação

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros			
Exposição de juros prefixados	(46)	(1.295)	(1.943)
Exposição ao cupom cambial	(48)	(992)	(1.488)
Total	(94)	(2.287)	(3.431)

Taxas de câmbio

Total exposição a taxas de câmbio

Carteira de Negociação + Bancária

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros			
Exposição de juros prefixados	(891)	(25.135)	(37.702)
Exposição ao cupom cambial	(518)	(5.819)	(8.729)
Total	(1.409)	(30.954)	(46.431)

Taxas de câmbio

Total exposição a taxas de câmbio

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros			
Exposição de juros prefixados	(891)	(25.135)	(37.702)
Exposição ao cupom cambial	(518)	(5.819)	(8.729)
Total	(1.409)	(30.954)	(46.431)

Taxas de câmbio

Total exposição a taxas de câmbio

Na análise realizada, as operações da carteira bancária sofreram valorização ou desvalorização em decorrência das mudanças nas taxas de juros a termo praticadas no mercado. Essas oscilações não representam impacto financeiro no resultado do Banco, pois alguns ativos financeiros contidos nessa carteira não são mensurados ao valor de mercado e, por consequência, o impacto dessas oscilações são considerados somente no patrimônio líquido do Banco. No caso da carteira de negociação, as exposições representam impactos no resultado do Banco devido a marcação a mercado dos ativos ou devido a sua realização ou liquidação.

9. Operações de Crédito

a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo

	2025			
	A vencer			
Mensurados ao custo amortizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Sector privado	-	15.029	1.650.540	1.665.569
Nota de crédito à exportação (NCE)	-	15.029	1.650.540	1.665.569
Indústria	-	(3)	(1.547)	(1.550)
(-) Provisão para perdas esperadas - Estágio 1	-	15.026	1.648.993	1.664.019
Total NCE	131.493	124.595	-	256.088
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	131.493	14.559	-	146.052
Indústria	-	110.036	-	110.036
Rendas a receber de ACC	333	3.804	-	4.137
Indústria	333	84	-	417
Agrícola	-	3.720	-	3.720
(-) Provisão para perdas esperadas - Estágio 1	(10)	(277)	-	(287)
Total ACC	131.816	128.122	-	259.938
Total	131.816	143.148	1.648.993	1.923.957

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco não possui operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco não possui operações classificadas nos estágios 2 e 3 de provisão para perdas esperadas associadas com o risco de crédito.

b. Concentração das operações de crédito

	2025
Principal devedor (nota 30b)	1.112.097
Percentual sobre o total da carteira de crédito	58%
20 maiores devedores	1.923.957
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100%

c. Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo

O montante de crédito renegociados em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 127.478. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve baixa de créditos para prejuízo nem recuperações de crédito.

d. Resultado de operações de crédito

	2025
Rendas de financiamentos à exportação	38.734
ACC	75.763
Total	4.928
Total	43.662

10. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a. Composição da base de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por produto

	2025	
	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Total
	Estágio 1	(69)
Títulos e valores mobiliários	2.158.619	(69)
Operações de crédito	1.925.794	(1.837)
Total	4.084.413	(1.906)

b. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2025
Saldo no início do semestre/exercício	(687)
Constituição de provisão	(1.550)
Reversão de provisão	331
Saldo no final do semestre/exercício	(1.906)

11. Outros Ativos

a. Financeiros

Mensurados ao custo amortizado

Ativo circulante

Negociação e intermediação de valores

Outros

Subtotal

Ativo não circulante

Depósitos judiciais

Subtotal

Total

b. Não financeiros

Ativo circulante

Antecipação de IRPJ e CSLL

Adiantamentos e antecipações salariais

Despesas antecipadas

Valores a receber de sociedades ligadas

Outros

Subtotal

Ativo não circulante

Despesas antecipadas

Antecipação de IRPJ e CSLL

Subtotal

Total

12. Participações em Controladas

O Banco possui participação de 100% na Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme segue:

	2025
--	------

Percentual de participação no capital social

Quantidade de ações detidas

Capital social da controlada

Patrimônio líquido da controlada

Resultado do período da controlada

Valor contábil do investimento - ativo não circulante

Resultado de equivalência patrimonial do exercício

13. Depósitos

	2025
Mensurados ao custo amortizado	Sem vencimento
Depósitos à vista	203
Depósitos a prazo	-
Total	203

Em 31 de dezembro de 2025, a taxa média das captações dos depósitos a prazo é de 100,6% do CDI.

14. Captações no Mercado Aberto

Taxa de juros a.a. Vencimentos até Saldo em 2025

Compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas - livre movimentação	14,07% a 14,35%	01/04/2026	1.000.594
Total			1.000.594

Mensurados ao custo amortizado

Venda com compromisso de recompra

Total

15. Recursos por Emissões de Letras

Taxa de juros Vencimentos até Saldo em 2025

Letras financeiras	100,3% do CDI	20/09/2027	967.978
Total			967.978

Taxa de juros a.a. Vencimentos até Saldo em 2025

Obrigações por empréstimos do exterior ⁽ⁱ⁾	5,10% a 5,16%	26/07/2027	1.697.355
Obrigações por empréstimos do exterior - BNS (Controlador) ⁽ⁱ⁾	3,65%	06/01/2026	5.140.545
Financiamentos à exportação - BNS (Controlador)	3,91% a 4,03%	20/05/2026	256.494
Total			7.094.394

(i) Linhas de crédito destinadas a eventuais necessidades de liquidez.

17. Obrigações por Repasses

Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações por repasses do exterior (mensuradas ao custo amortizado), no montante de R\$ 1.665.569, estão representadas por captação externa junto ao Controlador (BNS), sendo R\$ 15.029 com vencimento entre abril e maio de 2026, e R\$ 1.650.540 com vencimento entre novembro de 2027 e abril de 2029.

18. Outros Passivos

a. Financeiros

Mensurados ao custo amortizado

Passivo circulante

Negociação e intermediação de valores

Total

b. Não financeiros

Passivo circulante

Dividendos a pagar

Impostos e contribuições a pagar

Impostos e contribuições a recolher

Provisão para despesas de pessoal

Valores a pagar a sociedades ligadas

Outros

Subtotal

Passivo não circulante

Provisão para despesas de pessoal

Subtotal

Total

19. Contingências Fiscais e Previdenciárias

a. Ativos contingentes

O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros.

b. Contingências passivas

O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3m. O Banco mantém provisões constituídas para passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica "Provisão para contingências", no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2025, o processo principal no montante de R\$ 23.445 incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17 e Lei Complementar nº 7 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade. Em 31 de dezembro de 2025, há ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis no montante de R\$ 948. Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados com

Scotiabank

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

continuação

de renda retido na fonte de R\$ 14.475, em 22 de dezembro de 2025, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária; e V. Dividendos, no valor de R\$ 428.998, em 31 de dezembro de 2025, conforme Ata de Reunião da Diretoria.

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações			
2025			
	Imposto de renda	Contribuição social	
Resultado antes da tributação e após as participações nos lucros	519.029	519.029	
Juros sobre capital próprio	(200.000)	(200.000)	
Adições(exclusões) temporárias	556.980	556.980	
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	548.559	548.559	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.889	1.889	
Outras	6.532	6.532	
Adições(exclusões) permanentes	(164.449)	(164.443)	
Bonds no exterior	(168.619)	(168.619)	
Outras	4.170	4.176	
Base tributável	711.560	711.566	
Compensação de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social	(213.468)	(213.470)	
Base tributável após a compensação	498.092	498.096	
Alíquotas	25%	20%	
Total IRPJ e CSLL - Valores correntes antes dos incentivos fiscais	(124.499)	(99.619)	
Incentivos fiscais	2.086	-	
Total IRPJ e CSLL - Valores correntes	(122.413)	(99.619)	
Créditos tributários	(51.126)	(40.901)	
Passivo fiscal diferido	137.004	109.603	
Total	(36.535)	(30.917)	

b. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem			
	Saldos em 01/01/2025	Constituição	Realização/reversão 31/12/2025
Créditos tributários	472.882	19.206	(110.735)
Refletido no resultado	386.704	-	(96.061)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	15.292	314	(2.441)
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	13.490	15.348	(12.027)
Provisões indedutíveis	60	858	(60)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	56.862	-	-
Créditos baixados para prejuízo	389	1.228	(61)
Ajustes prudenciais	85	-	(85)
Ajuste a valor de mercado de TVM	-	1.172	-
Direito de uso	-	286	-
Ajuste a valor de mercado de ações	2.891	-	(2.891)
Refletido no patrimônio líquido	2.570	-	(2.570)
Ajuste a valor de mercado de TVM	321	-	(321)
Ajuste a valor de mercado de ações	475.773	19.206	(113.626)
Total	698.446	(44.780)	291.410

	Saldos em 01/01/2025	Constituição	Realização/reversão 31/12/2025	Saldos em 01/01/2025
Créditos tributários	698.446	(44.780)	291.410	(451.816)
Refletido no resultado	(684.011)	(43.092)	288.839	(438.264)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(12.915)	(1.416)	1.051	(13.280)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(1.520)	(249)	1.520	(249)
Ajuste a valor de mercado de operações compromissadas	-	(23)	-	(23)
Ajuste a valor de mercado de operações de câmbio	-	(1.053)	-	(1.053)
Refletido no Patrimônio Líquido	-	(657)	-	(657)
Ajuste a valor de mercado de TVM	-	(396)	-	(396)
Ajuste de risco de crédito próprio	(698.446)	(45.833)	291.410	(452.869)
Total				

c. Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias			
Prazo de realização	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
1º ano	22.339	33.718	56.057
2º ano	11.816	32.038	43.854
3º ano	9.230	34.398	43.628
4º ano	8.918	28.128	37.046
5º ano	8.708	28.474	37.182
6º ano ao 10º ano	29.699	133.887	163.586
Total	90.710	290.643	381.353
Valor Presente ⁽ⁱ⁾	58.523	168.153	226.676

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

22. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

a. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

2025			
	Ativo(passivo)	Receitas/(despesas)	
Disponibilidades	1.654	(69)	
BNS (Controlador)	1.654	(69)	
Contratos de câmbio - posição ativa	-	(14)	
BNS (Controlador)	-	(14)	
Depósitos à vista	(126)	-	
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	(126)	-	
Captações no mercado aberto	(52.419)	(4.610)	
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	(52.419)	(4.610)	
Valores a receber(pagar) sociedades ligadas/receitas/(despesas) de prestação de serviços	(2.591)	15.688	
BNS (Controlador)	(2.291)	15.827	
Scotiabank Inverlat (México) (Parte relacionada)	(300)	(366)	
Scotiabank Colpatria (Colômbia) (Parte relacionada)	-	(131)	
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	-	358	
Obrigações por empréstimos	(5.397.049)	218.144	
BNS (Controlador)	(5.397.049)	218.144	
Obrigações por repasses	(1.665.569)	48.157	
BNS (Controlador)	(1.665.569)	48.157	
Outras despesas administrativas	-	(96)	
Scotiabank Brasil S.A. CTVM (Controlada)	-	(96)	

b. Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$ 62.926, sendo formadas por R\$ 50.041, que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 12.885, que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

23. Pagamento Baseado em Ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU ou PSU.

a. Plano de unidades de ações restritas (RSU - Restricted Share Unit Plan)

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberam um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2025, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 8.893 e a quantidade total de ações devidas é de 62.852 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R\$ 385,30 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 9.940.

2025		
	Saldo	
Quantidade de ações	Valor	
RSU		
Preço da ação		385,30 ⁽ⁱ⁾
Devido	62.852	24.217
Provisionado	23.080	8.893
A provisionar	39.772	15.324

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 3,81 reais por dólar canadense.

Diretoria		Contador	
Paulo André Campos Bernardo		Roberto Shoji Haga	
Izabel Eliza de Oliveira Salvucci		CRC 1SP242224/Ô-6	
Rodrigo Almeida Sergio			
Luciana Chi			
Jaques Mester			
Fabio Tirolli de Sousa			
Fabio Chiamolera Jacob			

Relatório do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Conglomerado, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e da empresa de auditoria externa e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da auditoria interna, dos auditores externos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Sistemas de controles internos e de administração de riscos

O Comitê de Auditoria, avaliou, em reuniões com as Diretorias de Riscos e de Compliance, no âmbito de atuação de cada uma, aspectos relativos ao gerenciamento de riscos financeiros e de capital e divulgação de informações e à conformidade, prevenção à lavagem de dinheiro/financiamento ao terrorismo e controles internos. Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Conglomerado são adequados e suficientes.

Cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas

O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Conglomerado.

Auditoria interna

O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas, da aprovação de seus planejamentos estratégico e tático e do acompanhamento de sua execução. O Comitê

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo - São Paulo - SP
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros

Ver notas explicativas 3e, 3f, 6 e 7 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

Conforme divulgado nas notas explicativas 3e, 3f, 6 e 7, o Banco possui operações com instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. O cálculo do valor justo da carteira de instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos reconhecidos a

A pagar					
Dez/2026		Dez/2027		Dez/2028	
Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
RSU	385,30 ⁽ⁱ⁾		385,30 ⁽ⁱ⁾		385,30 ⁽ⁱ⁾
Preço da ação		8.211	5.444	27.152	10.462
Devido	21.312	14.388	5.696	2.376	916
Provisionado	15.008	5.782	8.692	3.349	9.546
A provisionar	6.304	2.429			

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 3,81 reais por dólar canadense.

b. Plano de unidades de ações por desempenho (PSU - Performance Share Unit Plan)

De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberam um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (retorno sobre o patrimônio líquido e retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 31 de dezembro de 2025, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 6.591 e a quantidade total de ações devidas é de 29.274 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R\$ 385,30 por ação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve despesa de R\$ 4.717. Com a mudança na Política Global de Bônus do Grupo Scotiabank, a partir do exercício 2025, houve a migração dos administradores elegíveis ao plano de bônus PSU para o plano RSU e o valor devido do respectivo plano será totalmente pago até o final do exercício de 2027.

2025		
	Saldo	
Quantidade de ações	Valor	
PSU		385,30 ⁽ⁱ⁾
Preço da ação		8.211
Devido	29.274	11.279
Provisionado	17.107	6.591
A provisionar	12.167	4.688

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 3,81 reais por dólar canadense.

A pagar			
Dez/2026		Dez/2027	
Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
PSU	385,30 ⁽ⁱ⁾		385,30 ⁽ⁱ⁾
Preço da ação		6.318	12.876
Devido	16.398	4.616	1.975
Provisionado	11.982	1.702	2.986
A provisionar	4.416		

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 3,81 reais por dólar canadense.

24. Benefícios a Empregado Pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 2.897. Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros. O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

25. Índice de Basileia e Limites Operacionais

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil, formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia amplo do Conglomerado é de 30,34%, o patrimônio de referência de R\$ 3.029.951 e o patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 722.520. Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o índice de imobilização.

26. Despesas de Pessoal

2025		
2º Semestre	Exercício	
Proventos	56.060	98.794
Encargos sociais	28.574	44.870
Benefícios	4.991	9.409
Outras	406	1.533
Total	90.031	154.606
2025		
2º Semestre	Exercício	
Processamento de dados	5.980	11.115
Serviços do sistema financeiro	5.088	10.557
Serviços de terceiros	4.807	7.828
Depreciação/amortização	3.965	7.571
Serviços técnicos especializados	1.968	3.471
Arrendamento - Juros direito de uso	1.483	2.848
Doações	1.721	1.721
Viagem	1.151	1.759
Comunicações	893	1.532
Água, energia e gás	309	620
Condomínio	346	658
Aluguéis	143	233
Outras	2.084	4.907
Total	29.938	54.820

28. Outras Receitas Operacionais

2025		
2º Semestre	Exercício	
Reversão de provisões operacionais ⁽ⁱ⁾	10.807	13.582
Atualizações monetárias	1.864	3.521
Recuperação de encargos e despesas	192	1.984
Outras	55	99
Total	12.918	19.186

(i) Refere-se basicamente a reversão de provisão de bônus e despesas administrativas.

29. Receitas de Prestação de Serviços

2025		
2º Semestre	Exercício	
Rendas de serviços prestados a ligadas	13.373	23.316
Rendas de outros serviços	2	4
Total	13.375	23.320

30. Outras Informações

a. Garantias financeiras prestadas

As garantias financeiras prestadas são registradas em nome dos beneficiários ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros. As operações de garantias financeiras prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, utilizando os critérios definidos na nota 3d. São concedidos créditos por meio de garantias financeiras prestadas, conforme quadro a seguir:

2025		
Financas bancárias	Total	
	590	590
	590	590

Garantias financeiras prestadas
Total
b. Operações ativas vinculadas
Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, conforme demonstradas no quadro a seguir:

2025		
Ativo(passivo)	Receitas/(despesas)	
Nota de crédito à exportação	1.112.097	(65.629)
Obrigações por repasses		
Repasses do exterior	(1.112.097)	65.629
Total		-

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração das operações ativas vinculadas era suficiente para cobrir os custos das operações de captação. Não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial. Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente e de exposições concentradas, estabelecidas na Resolução CMN nº 4.677.

c. Hierarquia de valor justo

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
usto por meio de outros resultados	2.382.249	-	-	2.382.249
	2.382.249	-	-	2.382.249
usto por meio do resultado	53.017	1.292.976	6.933	1.352.926
	53.017	-	6.933	59.950
	-	1.292.976	-	1.292.976
or justo por meio do resultado	-	1.347.797	-	1.347.797
	-	347.203	-	347.203
	-	1.000.594	-	1.000.594



Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

continuação

e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. – Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8



ESTADÃO



QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS BALANÇOS
E ATOS SOCIETÁRIOS
NO ESTADÃO.

+ VISIBILIDADE
+ CREDIBILIDADE

RESULTADOS QUE
FAZEM A DIFERENÇA

HISTÓRIA E TRADIÇÃO QUE SUSTENTAM UM JORNALISMO TRANSPARENTE, INDEPENDENTE E CONFIÁVEL.

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil



LÍDER EM
CONTEÚDO
DE ECONOMIA
& NEGÓCIOS



A FORÇA DO
ESTADÃO
+56 MM de
impactos / mês



+27,5 MM
DE USUÁRIOS
ÚNICOS



LÍDERES E
FORMADORES DE
OPINIÃO LEEM O
ESTADÃO DIARIAMENTE



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA
PLATAFORMA DE RELAÇÕES
COM INVESTIDORES

ACESSE E
CONHEÇA:



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

Fontes: Google Analytics dez/25 - Mídias Sociais – Seguidores e Inscrições Estadão WhatsApp, Facebook, TikTok, LinkedIn, Instagram, YouTube, Threads e X (Twitter) em 15/12/25 - Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/25)